

## FUNDO PARA O INVESTIMENTO LOCAL

Como consequência da intensificação, durante os últimos meses, da crise financeira iniciada em Agosto de 2007, as principais economias do mundo estão a atravessar uma grave retracção na sua actividade económica, à qual não é imune a economia portuguesa. As elevadas tensões nos mercados financeiros estão a traduzir-se num considerável endurecimento das condições de crédito, dificultando o normal desenvolvimento das actividades económicas das famílias e das empresas. Estas dificuldades de financiamento, ligadas à crescente incerteza relativamente ao futuro panorama económico, causaram uma significativa diminuição da procura privada em todas as suas componentes, incluindo o consumo das famílias e o investimento empresarial, com consequências negativas imediatas para a economia portuguesa, relativamente ao seu nível de actividade e, particularmente, ao emprego.

Neste contexto de intensa deterioração das condições financeiras e económicas, o Governo decidiu implementar diversas medidas extraordinárias para reanimar a actividade económica e o emprego.

As novas medidas de apoio urgente à procura enquadram-se nas linhas de acção estabelecidas na Declaração da Cimeira sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial, realizada no passado 15 de Novembro em Washington e pelo Plano Europeu de Recuperação Económica, aprovado pela Comissão Europeia no passado 26 de Novembro, bem como nas conclusões do Conselho europeu de Bruxelas, de 12 de Dezembro as quais defendem a aplicação de políticas fiscais activas como instrumento para abrandar os efeitos adversos desta crise económica.

Neste contexto, e adicionalmente ao conjunto de medidas apresentadas em Dezembro aos portugueses, vem a ANMP propor a criação de uma medida complementar de largo alcance para a dinamização da economia nacional, de uma forma geograficamente equilibrada.

Para esse efeito, propõe-se a aprovação da criação de um Fundo para Investimento Local que inclui a aprovação de transferências extraordinárias para os Municípios até 770 milhões de euros, (valor correspondente ao FEF de capital transferido em 2009 pelo Orçamento de Estado para os Municípios).

Assim, o Fundo para o Investimento Local tem por objectivo aumentar o investimento público no âmbito local através do financiamento de novas obras de planeamento e execução em 2009 e que sejam da competência das próprias autarquias locais. Em concreto, com esta medida, pretende-se favorecer os investimentos que contribuam para dinamizar a curto prazo a actividade económica, com impacto directo na criação ou manutenção de emprego. Desta forma, o financiamento previsto neste fundo extraordinário é dirigido aos projectos que impliquem melhoramentos em infra-estruturas, tanto produtivas como de utilidade social.

Assim, o âmbito dos projectos alvo desta medida extraordinária implicará o emprego de trabalhadores e a mobilização de recursos que, em grande medida, resultarão dos excedentes derivados da brusca quebra em diversos sectores de actividade, que a nossa economia está a atravessar. Logicamente, cabe esperar que este Fundo favoreça, igualmente, a viabilidade e o emprego das pequenas e médias empresas, que concentram as suas actividades em áreas ligadas à construção civil, como os serviços de engenharia, arquitectura, logística, assim como a produção e transporte de materiais, máquinas e equipamento diverso.

A administração, gestão e direcção do Fundo caberá à Secretaria de Estado da Administração Local (SEAL), através da Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL). O Fundo será distribuído segundo os critérios da repartição da Participação nos Impostos do Estado, previstos na Lei de Finanças Locais.

Por se tratar de recursos públicos, o Fundo estará sujeito a um controlo rigoroso. Por um lado, a DGAL distribuirá os fundos estabelecidos para cada projecto através de duas remessas, sendo que para a última será necessária a correspondente justificação de realização da obra, segundo as condições estipuladas na adjudicação. E por outro lado, a Inspecção Geral de Finanças ficará responsável pela verificação da correcta utilização dos recursos do Fundo face aos fins previstos para o mesmo.

A urgência em aprovar esta Proposta, e a sua aplicação global para o conjunto do território, obedecem à necessidade de actuar com a máxima celeridade, ao abrigo de um Programa Geral, atendendo à rápida deterioração das condições económicas. A evolução negativa da procura agregada, em conjunto com o aumento da taxa de desemprego nas actuais circunstâncias excepcionais, determina, portanto, a necessidade de adoptar, de forma urgente, as medidas anunciadas na presente Proposta.

No âmbito das medidas de revitalização da economia impulsionadas pelo Governo, urge a necessidade de se democratizar o investimento público considerado para tal efeito, possibilitando assim a revitalização das economias locais, nomeadamente através da criação ou manutenção de emprego e da dinamização de empresas de dimensão local/regional. Enquadrada no referido Programa, a acção dos Municípios será feita em coordenação com o Governo, no sentido de se optimizarem, em escala, as medidas concertadamente definidas.

Corresponde esta proposta a uma opção por disseminar os pequenos e médios investimentos por todo o território, com efeitos de curto prazo no combate ao desemprego local e regional.

## **Fundo para o Investimento Local**

### **1. Objectivo.**

Esta proposta tem por objectivo a dotação de um fundo extraordinário destinado a promover a realização, por parte das Câmaras Municipais de investimentos geradores de emprego e que propiciem a melhoria da situação conjuntural de determinados sectores económicos estratégicos.

## **2. Constituição de um Fundo para a realização de um programa de investimentos por parte das Câmaras Municipais.**

É constituído, por um montante de 770.000.000 de euros, um Fundo, adstrito à SEAL, destinado a financiar a realização de acções urgentes no âmbito municipal em matéria de investimentos especialmente geradores de emprego.

O Fundo carece de personalidade jurídica e a sua gestão será da incumbência da DGAL.

## **3. Obras financiáveis.**

**3.1.** Poderão ser financiadas, por via do Fundo os contratos que reúnam as seguintes características:

a) Os contratos devem ter por objectivo obras de competência municipal. Designadamente consideram-se incluídas as seguintes:

1. Obras destinadas a proteger o ambiente e evitar a poluição; de gestão de resíduos urbanos.
2. Acções para estimular a poupança e a eficiência energética.
3. Obras de supressão de barreiras arquitectónicas.
4. Obras de conservação do património municipal e protecção e conservação do património histórico do município.
5. Obras dirigidas a promover a mobilidade sustentável urbana e as destinadas a melhorar a segurança viária.
6. Obras de protecção civil e de prevenção de incêndios.
7. Os equipamentos e infra-estruturas de serviços básicos nas redes viárias, de limpeza, iluminação pública e telecomunicações.
8. Obras de conservação, reabilitação ou melhoria da envolvente ou espaços públicos urbanos, assim como as de promoção industrial.
9. Obras de construção, conservação, reabilitação ou melhoria de edifícios e equipamentos sociais, educativos, culturais, desportivos.
10. Obras de construção, conservação, reabilitação ou melhoria da rede de abastecimento de água potável doméstica e tratamento das águas residuais.

b) As obras, objecto dos contratos, devem ser de execução imediata e não estar incluídas no Plano de Actividades para 2009, ou não terem verbas definidas no referido Plano de Actividades.

Para feitos do presente diploma são consideradas obras de execução imediata: aquelas cujo anúncio do procedimento pré-contratual seja publicado em Diário da República, antes de decorridos 30 dias sobre o despacho do SEAL autorizativo do respectivo financiamento pelo Fundo.

- 3.2** A escolha do procedimento de concurso público urgente nos termos do presente decreto-lei permite a celebração de contratos de empreitadas de obras públicas de valor inferior ao referido na alínea c) do artigo 7.º da Directiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, independentemente da natureza da entidade adjudicante.
- 3.3.** O procedimento de concurso público urgente segue, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 155.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
- 3.4** Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente decreto-lei é aplicável, subsidiariamente, o disposto no Código dos Contratos Públicos.

#### **4. Montante financiável.**

O financiamento a cargo do Fundo deverá cobrir o montante real da execução da obra, até ao limite máximo derivado do orçamento do concurso ou caderno de encargos, acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado correspondente.

#### **5. Candidaturas.**

- 5.1.** As Câmaras Municipais poderão obter recursos do Fundo até ao montante máximo que, para cada Câmara, for designado em função do critério de distribuição estabelecido.
- 5.2.** As Câmaras Municipais apresentarão a solicitação de financiamento de cada projecto acompanhada da seguinte documentação:

a) Modelo de candidatura.

b) Memória explicativa do projecto de investimento na qual seja especificado:

1. Conteúdo do projecto.
2. Orçamento do projecto de investimento e prazo de adjudicação previsto.
3. Cálculo de pessoas empregadas para a execução do projecto.

c) Deliberação da Reunião de Câmara em que seja aprovado o projecto.

- 5.3.** No prazo máximo de dez dias seguintes, o Secretário de Estado da Administração Local emitirá um despacho de autorização para o financiamento dos projectos e determinará a sua publicação.

## **6. Adjudicações das obras.**

- 6.1.** Quando forem adjudicadas as obras, alvo de financiamento com recursos do Fundo, a Câmara Municipal apresentará uma declaração na qual constem os dados da adjudicação, data em que foi aceite, identidade da empresa adjudicatária, quantia pela qual é adjudicado o contrato, assim como o número de pessoas a empregar pelas empresas adjudicatárias e a certidão do cumprimento de todas as obrigações tributárias e contribuições para a Segurança Social.
- 6.2.** A DGAL atribuirá os recursos financeiros à Câmara Municipal na percentagem de 70 por cento do montante de adjudicação das obras acrescidas do valor do IVA correspondente.

## **7. Justificação e última remessa de fundos.**

- 7.1.** As Câmaras Municipais deverão justificar a execução dos investimentos e a finalização das obras durante o ano de 2010, sem prejuízo de que a DGAL, após pedido devidamente justificado por parte da Câmara, possa conceder uma prorrogação do prazo que não poderá ultrapassar seis meses, caso surjam ocorrências não atribuíveis à administração contratante e que atrasem as obras durante a execução do contrato. Neste caso, a devida justificação deverá ser apresentada durante o mês seguinte ao da conclusão da referida prorrogação ou adiamento.
- 7.2.** A justificação que será apresentada por via electrónica, consistirá numa memória descritiva ou num relatório das acções desenvolvidas em que se justifiquem devidamente os postos de trabalho criados, com a identificação dos trabalhadores contratados e a identificação do credor e das facturas, a sua quantia, a percentagem financiada com recursos provenientes do Fundo e a data de emissão, assim como a acta de entrega.
- 7.3.** Deverá ser apresentada uma justificação independente, por cada uma das obras financiadas a cargo do Fundo.
- 7.4.** Após receber a justificação, a DGAL entregará a última remessa de fundos correspondente à diferença entre o montante da provisão inicial, efectuada ao abrigo do ponto 6.2 e o montante real da obra executada, com o limite do orçamento do concurso de apresentação de propostas, a que acresce o valor IVA correspondente

## **8. Verificação da utilização dos recursos do Fundo para a finalidade à qual se destinavam.**

- 8.1.** A correcta utilização dos recursos do Fundo para os fins previstos no ponto 3 estará sujeita a controlo por parte da Inspecção Geral das Finanças.

Os controlos a serem efectuados terão por objectivo verificar que os recursos do Fundo se destinaram ao financiamento dos investimentos a que estavam destinados, com a correspondente criação de postos de trabalho, e que os valores justificados pelas respectivas Câmaras reflectem de forma adequada a gestão desenvolvida.

- 8.2.** As Câmaras que tenham financiado investimentos com recursos deste Fundo, deverão disponibilizar à Inspecção Geral das Finanças os documentos e os comprovativos das dos valores adjudicados e facilitar toda a informação e os meios que forem necessários para que aquela possa realizar o seu trabalho.

## **9. Especificidades nos contratos de obra a efectuar por parte das Câmaras.**

- 9.1.** Nos contratos que venham a ser financiados a cargo do Fundo deverá ser assegurada uma condição especial de execução de acordo com o Código dos Contratos Públicos, em que os novos trabalhadores a ser contratados deverão encontrar-se preferencialmente em situação de desemprego.
- 9.2.** Para a adjudicação dos contratos financiados a cargo do Fundo, as Câmaras deverão ter em consideração, como critérios de análise e avaliação das ofertas, os indicadores relevantes quanto à forma como o contrato de obra vai contribuir para fomentar ou manter o emprego.
- 9.3.** Salvo disposição em contrário, todas as despesas e os encargos inerentes à contratação são da responsabilidade do Município, com excepção das despesas relativas à prestação de caução e dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.
- 9.4.** Os Municípios devem proceder aos respectivos pagamentos de acordo com o regime previsto no artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos.

## **10. Restituições.**

- 10.1.** A falta de justificação parcial ou total da utilização dos recursos recebidos a cargo do Fundo implicará a obrigação de restituir as quantias não justificadas.

Entende-se como falta de justificação o não envio para a SEAL do relatório de contas mencionado no ponto 7 ou um envio incompleto ou incorrecto.

A SEAL, através das verificações efectuadas, ou das fiscalizações que possam ser executadas pela Inspecção Geral das Finanças, poderá também considerar como não justificadas aquelas rubricas que evidenciem que os recursos do Fundo não foram aplicados para os fins a que se destinavam ou que não foram cumpridas as condições estabelecidas na proposta.

- 10.2.** A falta de colaboração por parte da Câmara Municipal, que impossibilite a verificação e o controlo da utilização efectiva dos recursos do Fundo, ocasionará a obrigação de reembolso da quantia recebida na sua totalidade.
- 10.3.** A DGAL será a responsável pelos processos de reembolso, quer sejam por iniciativa própria, quando a necessidade de reembolso decorra das verificações efectuadas pela própria, ou por iniciativa da Inspecção Geral das Finanças, após uma fiscalização por ela efectuada.

## **11. Financiamento**

As fontes do financiamento destinado ao Fundo para o Investimento Local serão decididas pelo Governo.

## **12. Critérios de repartição do Fundo para o Investimento Local.**

Para efeitos do previsto na presente Proposta, a dotação do Fundo para o Investimento Local será distribuída de acordo com os critérios de repartição da Participação nos Impostos do Estado, previstos na Lei de Finanças Locais.

## **13. Situação legal de desemprego.**

**13.1.** Para efeitos do disposto na presente proposta, serão considerados preferencialmente os novos contratos realizados ou a realizar pelas empresas, com pessoas que se encontrem em situação legal de desemprego.

**13.2.** A contratação de desempregados a que se refere a presente proposta deverá ser feita, preferencialmente, através dos Centros de Emprego e Formação Profissional.

## **14. Associações de Municípios.**

As associações de municípios reguladas através das Leis n.º 45/2008 de 27 de Agosto e n.º 46/2008, de 27 de Agosto, poderão apresentar projectos de financiamento até ao montante máximo da soma dos montantes que, de acordo com o ponto 5.1, corresponde a cada um dos Municípios que as integram.

Para que o montante máximo indicado não seja ultrapassado, as associações de municípios deverão, no momento de apresentação da candidatura, identificar o custo do projecto de cada um dos Municípios pertencentes a essa mesma associação.

## **15. Identificação da fonte de financiamento.**

Nos projectos financiados com recurso ao Fundo regulado pela presente Proposta deverá constar, em lugar visível, a legenda «Fundo para o Investimento Local – Estado Português».

CD-03.03.2009